

**AVALIAÇÃO DA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

1. Este documento é parte integrante da quinta revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Rio de Janeiro e tem por objetivo apresentar sua situação financeira no último triênio, com ênfase no exercício de 2008, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos. Ressalte-se que a avaliação de metas e compromissos desse exercício ainda não foi finalizada e, por isso, os dados apresentados a seguir podem ser alterados.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2008, o Estado apresentou resultado primário superavitário de R\$ 4.263 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 26.924 milhões e da despesa não financeira de R\$ 22.660 milhões. Este resultado foi determinado pelo crescimento da receita líquida, maior que o verificado nas despesas não financeiras, com variação de R\$ 4.467 milhões e R\$ 3.268 milhões, respectivamente. Da mesma forma em 2007, o Estado apresentou superávit primário de R\$ 3.064 milhões, e em 2006 o superávit primário foi de R\$ 1.850 milhões.
4. O Estado incorreu em suficiência financeira de R\$ 1.628 milhões em 2008, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultado semelhante aconteceu em 2007, quando o Estado apresentou suficiência de R\$ 457 milhões. Tais resultados representam uma evolução relativamente a 2006, quando foi gerada uma deficiência de R\$ 319 milhões.
5. A receita bruta evoluiu de R\$ 25.615 milhões em 2006 para R\$ 27.246 milhões em 2007 e alcançou R\$ 32.459 milhões em 2008, apresentando crescimento de 7,10% em relação a 2007. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de transferências, que apresentaram crescimento de 27,28%, passando de R\$ 7.284 milhões para R\$ 10.313 milhões. Após a dedução das transferências a municípios, a receita líquida alcançou R\$ 26.924 milhões em 2008.
6. Na composição da receita bruta estão incluídas as receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), cujos recursos, por força da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar nº 231, apensada à Ação Cível Originária nº 720, movidas pelo Estado contra a União, não entram no cálculo da RLR.
7. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis por 70,45%, 73,26% e 68,23% do total da receita bruta em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Essa diminuição verificada de 2007 para 2008 é em parte pelo ingresso, em 2007, de R\$ 750 milhões oriundos de um contrato de prestação de serviços bancários firmado entre o Estado e o Banco Itaú. A maior parte dessa diminuição, no entanto, decorreu do crescimento das outras receitas de transferências, onde são classificadas as compensações financeiras ligadas à produção de

10  
2007

petróleo o gás. De 2007 para 2008, refletindo o pico histórico dos preços do petróleo, tais receitas de transferências cresceram R\$ 2.898 milhões (28,80%), elevando sua participação relativa no total da receita bruta de 24,58% para 29,56%. Ressalte-se que, nesse período, o ICMS, que respondeu por 88,50% das receitas de arrecadação própria em 2008, cresceu 2,36%.

8. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 19.274 milhões em 2006 para R\$ 19.392 milhões em 2007 e alcançaram R\$ 22.660 milhões em 2008, correspondendo a um crescimento de 5,05% em relação a 2007. Tal crescimento em 2008 é explicado principalmente pelo desempenho das outras despesas correntes e de capital, que tiveram um incremento de R\$ 1.556 milhões (7,02%).

9. As despesas com pessoal foram responsáveis por 55,26%, 57,86% e 57,07% do total da despesa não financeira em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Em 2008, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, ao aumento de 39,70% do gasto com inativos e pensionistas em relação a 2007, que passaram de R\$ 2.146 milhões para R\$ 3.335 milhões. Nessa rubrica, além dos repasses do tesouro estadual para a cobertura do déficit do Rioprevidência, são classificadas as despesas executadas pela autarquia com recursos fontes tesouro oriundos de parte dívida ativa, do FUNDES e dos royalties. De 2007 para 2008, o aporte de recursos de royalties na autarquia passou de R\$ 2.132 milhões para R\$ 4.302 milhões. Em razão disso, a disponibilidade financeira de 2008 do Rioprevidência, considerando somente a fonte royalties, ficou em R\$ 891 milhões.

10. Considerando-se que o crescimento da despesa total com pessoal, de 3,62%, ficou abaixo do observado para a RCL em 2008, de 7,24%, houve queda da relação DP / RCL de 2007 para 2008, que passou de 49,85% para 48,17%.

11. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis por 44,74%, 42,14% e 42,93% do total da despesa não financeira em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. O crescimento dessas despesas em 2008, de 7,02%, deveu-se principalmente ao aumento de 6,07% das outras despesas correntes, principal componente desse grupo, com 83,40% do total em 2008. Os investimentos passaram de R\$ 1.452 milhões em 2006 para R\$ 1.065 milhões em 2007 e, finalmente, para R\$ 1.369 milhões em 2008, correspondendo a 8,10%, 5,63% e 6,00% da RLR nos respectivos exercícios.

12. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 44.804 milhões em 31 de dezembro de 2006, passou para R\$ 47.179 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um decréscimo de 2,40%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$ 52.827 milhões, apresentando um crescimento de 2,63% em relação ao ano anterior devido, principalmente, aos aumentos de 21,61% da dívida fundada externa e de 4,12% da dívida referente à Lei nº 9.496/97, principal dívida do Estado, cuja participação relativa no total passou de 69,25% em 2007 para 70,26% em 2008. A relação Dívida Financeira / RLR foi de 2,45, 2,38 e 2,26 nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, respectivamente. A queda dessa relação é explicada pelo fato de a RLR ter apresentado, nesses anos, crescimento superior ao do saldo da dívida. Os percentuais de crescimento da RLR observados foram de 13,37%, 0,66% e 8,08%, respectivamente.

13. O Estado paga o serviço da dívida relativa à Lei nº 9.496/97 usufruindo do limite de comprometimento de 13% da RLR, esta calculada, por determinação judicial, sem incluir os recursos do FECF. Em razão disso, os pagamentos atuais do serviço dessa dívida não fazem frente à totalidade dos juros sobre o saldo devedor total que, em razão disso, é crescente. A proporção de juros pagos, no entanto, também cresce. Em dezembro de 2008, os saldos de resíduo de limite e de pendência judicial atingiram R\$ 11.703 milhões e R\$ 1.250 milhões,

respectivamente 31,53% e 3,37% do saldo devedor total do refinanciamento relativo à Lei nº 9.496/97, de R\$ 37.115 milhões.

14. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio de suas finanças. A revisão do Programa prevê resultados primários positivos de R\$ 2.075 milhões em 2009, R\$ 1.248 milhões em 2010 e R\$ 3.112 milhões em 2011. Considerando o superávit financeiro registrado no Balanço Geral do exercício de 2008, no valor de R\$ 1.464 milhões, tais resultados são suficientes para o Estado honrar os compromissos projetados, inclusive para compensar a deficiência de R\$ 200 milhões prevista para 2009. Para o exercício de 2010, considerando a previsão de ingresso de recursos de operações de crédito, foi prevista uma suficiência de R\$ 245 milhões. Para 2011, foi previsto um resultado orçamentário sem a geração de atrasos.

Brasília, 02 de outubro de 2009.

*Arno H. Augustin Filho*  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional